



PROCESSO	24.052-4/2020
ASSUNTO	MONITORAMENTO – Julgamento Singular 1281/LCP/2019, Processo 13.442-2/2018
PRINCIPAL	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL ARAGUAIA - CIDESAA
RESPONSÁVEIS	EDSON YUKIO OGATHA Ex-Prefeito de Serra Nova Dourada EDUARDO PENNO Ex-Prefeito de Novo Santo Antônio FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO Ex-Prefeito de Luciara JOEL FERREIRA Ex-Prefeito de Bom Jesus do Araguaia JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA Ex-Prefeito de São Félix do Araguaia LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES Ex-Prefeito de Alto Boa Vista
EQUIPE TÉCNICA	EDSON REIS DE SOUZA Secretário de Controle Externo VALDIR CEREALI Supervisor de Auditoria LUCINEIA BENEDITA DO CARMO MORAIS Técnica de Controle Público Externo
ADVOGADOS	DÉBORA SIMONE ROCHA FARIA OAB/MT 4.198 PAULO MARCEL GRISOSTE SANTANA BARBOSA OAB/MT 20.921 RAYSSA MORGANNA SANTOS SILVA OAB/MT 21.510/O
RELATOR	RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA Auditor Substituto de Conselheiro

DECISÃO

Trata-se de Monitoramento instaurado pela Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal no intuito de verificar o cumprimento de determinação constante no Julgamento Singular 1281/LCP/2019, exarado no processo 13.442-2/2018





(Representação de Natureza Interna), que determinou a realização do encerramento do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Araguaia, bem como que encaminhassem, a este Tribunal de Contas, a documentação referente à finalização das atividades no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação da decisão.

Pois bem. Compulsando os autos, constata-se que a documentação (documento digital 197774/2021) apresentada pelo Doutor Paulo Marcel Grisoste Santana Barbosa, contendo manifestação relacionada ao Senhor Fausto Aquino de Azambuja Filho, a qual foi protocolada sob o número 59.880-1/2021 e acostada ao processo em voga, não está acompanhada de instrumento de outorga de poderes para tanto, o que impõe a adoção de providências para a sua regularização.

Face do versado, **NOTIFIQUE-SE** o Doutor **Paulo Marcel Grisoste Santana Barbosa**, OAB/MT 20.921, para juntar procuração nos autos, no prazo de 3 dias, com fundamento no artigo 265, parágrafo único, da Resolução Normativa TCE/MT 14/2007-TP.

Ressalte-se que os prazos processuais se encontram suspensos até o dia 02 de março de 2022, nos termos do artigo 3º da Portaria Conjunta 9/2022 – TCE-MT e MPC-MT.

Publique-se.

Após, encaminhem-se os autos à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para o aguardo da apresentação do instrumento procuratório ou a certificação do decurso do prazo.

Por fim, retornem-se a este Gabinete.

Cuiabá, 15 de fevereiro de 2022.

(assinatura digital)
Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Auditor Substituto de Conselheiro
Relator

